

# A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e a língua portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental



MARIA CECÍLIA DE OLIVEIRA

Graduanda do 6º período de Letras pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). e-mail: mariacecilia1@unipam.edu.br

FABIANA FERREIRA DOS SANTOS

Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora do UNIPAM. e-mail: fabianafs@unipam.edu.br

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a elaboração da BNCC mobilizou pesquisadores, gestores, educadores e também estudantes dos cursos de licenciatura que participaram de modo ativo dos estudos e conferências estaduais e apresentaram contribuições em portal disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC). Tais procedimentos tornaram o processo de construção democrático, tendo em vista a necessidade de garantir que o documento curricular, destinado à Educação Básica, atenda as demandas do contexto educativo brasileiro.

A BNCC foi homologada em 20 de dezembro de 2017, sendo fundamental que estudos e análises criteriosas possam reconhecer minúcias do trabalho de elaboração coordenado pelo MEC, a estrutura do documento, suas propostas educativas, seus principais subsídios teóricos e direitos de aprendizagem apresentados nas diferentes áreas. Nesse viés, fica favorecido um movimento de divulgação e implementação das ideias apresentadas no documento curricular e de compreensão sobre os caminhos trilhados para o ensino no país.

No segundo semestre de 2017, antes da homologação da versão final do documento, foi apresentado aos dirigentes municipais de Educação um guia de implementação da BNCC, com o objetivo de orientar gestores no planejamento de ações. Do mesmo modo, a Resolução nº 2, do Conselho Nacional de Educação, publicada em 22 de dezembro de 2017, institui e orienta a implantação da BNCC nos sistemas de ensino e instituições. Para tanto, solicita que a BNCC seja tema de

estudos e que currículos e propostas pedagógicas sejam revisadas até o início do ano letivo de 2020.

Com natureza analítico-bibliográfica, a presente pesquisa teve por intenção identificar a organização de conteúdos e objetivos de aprendizagem, proposta pela BNCC para o ensino da Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental. Para tanto, foi objeto de análise o desenho curricular proposto no documento para o ensino da Língua Portuguesa, tendo em vista a efetivação de práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística.

A primeira seção do estudo, intitulada *Currículo, Escola e Direitos de Aprendizagem*, promove reflexões sobre a relevância de documentos curriculares orientadores do processo de planejamento e ensino nas instituições. Tendo em vista que a BNCC substitui os PCN, publicados no final da década de 1990, a seção *Diretrizes Curriculares: os PCN e a BNCC* apresenta um histórico e faz breve análise e paralelo dos dois documentos curriculares oficiais brasileiros, produzidos pelo MEC. Por fim, em *A BNCC e o ensino da Língua Portuguesa* são investigadas, e elencadas características da BNCC, tendo em vista o ensino da Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental.

É preciso ressaltar que, por seu caráter inovador, a pesquisa não encontra subsídio em publicações com reflexões já constituídas em torno do novo documento. Entretanto, no portal da Base, foram disponibilizados alguns pareceres redigidos por especialistas ao longo deste processo colaborativo de construção, tendo em vista as diferentes versões preliminares publicizadas. Tais pareceres foram bastante acessados e influenciaram posicionamentos diversos em relação à BNCC.

Apesar de mobilizações iniciais em território nacional, como a implementação do documento, ainda serem prematuras, não foi considerada pertinente a realização de pesquisa de campo, com depoimentos de educadores que atuam na área de Língua Portuguesa, nos anos finais do Ensino Fundamental.

## 2. CURRÍCULO, ESCOLA E DIREITOS DE APRENDIZAGEM

A palavra *currículo* é bastante familiar para todos os que estão inseridos em ambiente escolar, pois este é o documento responsável por sistematizar os esforços pedagógicos nas instituições de ensino. Mas que concepções têm orientado currículos e práticas escolares? As teorias pedagógicas, bem como as reflexões presentes nas escolas, explicitam a consciência de que os currículos não são conteúdos e objetivos de ensino determinados para serem repassados a todos os alunos nos diversos anos de escolaridade. Desse modo,

São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagó-

gicas. Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. As indagações revelam que há entendimento de que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade. Cabe a nós, como profissionais da Educação, encontrar respostas (Lima, 2007, p. 9).

Entretanto, é consenso entre profissionais das secretarias municipais e estaduais de educação e do próprio MEC a relevância de unidade, de diretrizes comuns que orientem redes de ensino e docentes acerca de quais conhecimentos privilegiar em cada etapa escolar e sobre tratamentos didáticos a serem adotados no cotidiano da sala de aula. Assim, os educandos são situados como sujeitos com direito ao conhecimento e ao desenvolvimento humano.

Para Perrenoud (2003), é importante que “o currículo tenha precedência e se fundamente naquilo que pareça essencial para ensinar e aprender [...]” (p. 19). Para o autor em questão, é preciso clareza de objetivos para que possa ser alcançado sucesso no trabalho pedagógico. Além disso, ele ressalta que “o currículo deveria vir em primeiro lugar e a avaliação deveria se encarregar de discernir se ele está sendo assimilado de maneira inteligente e duradoura, para além das rotinas escolares [...]” (p. 26).

Também é consenso a compreensão de que, de tempos em tempos, faz-se necessário revisitar currículos e práticas educativas implementadas para revisões e atualizações. Isto porque novos referentes de valor adentram o contexto educacional de modo contínuo, influenciando o processo de ensino e de aprendizagem e a identidade profissional dos educadores.

### 3. DIRETRIZES CURRICULARES: OS PCN E A BNCC

Inspirado no modelo espanhol, o MEC lançou no fim da década de 90 os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, que ficariam conhecidos pela sigla PCN. Como o próprio nome atribuído ao documento indica, os dez volumes que constituíram os PCN eram parâmetros, diretrizes para a educação brasileira nas diferentes áreas do conhecimento. Então, seu objetivo era padronizar, no país, pilares fundamentais que guiarão a educação formal, favorecendo o desenvolvimento humano. Ao ofertar referencial aos educadores, foi recomendado que os projetos educacionais das instituições fossem revisitados e renovados, tendo em vista a constante melhoria da qualidade da educação.

Além de um documento introdutório e de outros três que se relacionam a temas transversais para abordagem em sala de aula, há para cada área de conhecimento um documento específico, que apresenta uma proposição detalhada em objetivos, conteúdos, qualificação e orientação didática. Em sua apresentação, o documento considera que “os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação [...] em todo o País. Sua função é orien-

tar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações [...]” (Brasil, 1997, p. 13). Ressalta-se o caráter flexível da publicação, uma vez que há reconhecimento de que o país possui uma diversidade de contextos, com especificidades que devem ser levadas em consideração para o delineamento responsável de currículos e propostas pedagógicas pelas equipes escolares.

O processo de elaboração dos PCN teve como ponto de partida as propostas curriculares adotadas, naquela ocasião, por estados e municípios brasileiros. A versão preliminar foi apresentada a docentes de universidades, técnicos de secretarias estaduais e municipais de educação, de instituições representativas de diferentes áreas de conhecimento, e especialistas. A discussão da proposta foi estendida a encontros regionais, com a participação de professores do Ensino Fundamental. Os pareceres apresentavam contribuições para a elaboração da versão final do texto e apontavam para a necessidade de políticas de formação de professores e implementação dos PCN.

Desde a publicação dos PCN, diversas mudanças ocorreram na Educação Básica no país. O Ensino Fundamental, antes organizado em oito séries, passou a contemplar nove anos de escolaridade. Atualmente, os anos de escolaridade, foco deste estudo, conhecidos como anos finais do Ensino Fundamental, vão do sexto ao nono ano. Nos PCN, estes anos são reconhecidos como o 3º (quinto e sexto ano) e 4º (sétimo e oitavo ano) ciclos do Ensino Fundamental.

O PCN de Língua Portuguesa é um documento que busca relacionar a seleção dos conteúdos e o tratamento didático adotado, contribuindo para que aprendizagens significativas aconteçam ao longo do Ensino Fundamental. São consideradas as especificidades dos gêneros orais e escritos nas práticas de leitura, de escrita e de análise linguística. A literatura e a importância da formação de leitores, o uso de tecnologias, as estratégias didáticas e a avaliação são temas também abordados. O documento referente aos anos finais do Ensino Fundamental organiza-se em três eixos: a prática de escuta de textos orais e a leitura de textos escritos, a prática de produção de textos orais e escritos e a prática de análise linguística, sendo considerados os seguintes objetivos para o ensino:

No trabalho com os conteúdos previstos nas diferentes práticas, a escola deverá organizar um conjunto de atividades que possibilitem ao aluno desenvolver o domínio da expressão oral e escrita em situações de uso público da linguagem, levando em conta a situação de produção social e material do texto (lugar social do locutor em relação ao(s) destinatário(s); destinatário(s) e seu lugar social; finalidade ou intenção do autor; tempo e lugar material da produção e do suporte) e selecionar, a partir disso, os gêneros adequados para a produção do texto, operando sobre as dimensões pragmática, semântica e gramatical (Brasil, 1997, p. 49).

A recomendação é que uma diversidade de textos, pertencentes a diferen-

tes gêneros, seja o ponto de partida para a abordagem dos conteúdos, possibilitando ao aluno discussões sobre o que ouve e lê; para que assim se sinta usuário da língua e participante do processo de aprendizagem. Em resumo, há “um movimento metodológico de AÇÃO à REFLEXÃO à AÇÃO, que incorpora a reflexão às atividades linguísticas do aluno, de tal forma que ele venha a ampliar sua competência discursiva” (Brasil, 1997, p. 65). Portanto, há um entendimento da relevância da prática de reflexão sobre a língua e das influências dos conhecimentos linguísticos sobre a participação social e cidadã.

No documento, a concepção adotada é a enunciativo-discursiva, que compreende a linguagem como forma de ação e interação no mundo:

Essa concepção é tributária dos estudos procedentes do que se convencionou chamar de Linguística da Enunciação (atravessada por algumas posições teóricas procedentes da Análise do Discurso). Sobretudo, o pensador que subjaz a essas concepções enunciativas é Mikhail Bakhtin, de quem também serão extraídos para os documentos oficiais suas concepções sobre gênero discursivo (Geraldi, 2015, p. 384).

Em consonância com o disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, foi iniciada em 2015 a elaboração de uma BNCC. O documento, que esteve nos últimos três anos no centro das discussões sobre educação no país, possui caráter normativo e tem por finalidade orientar os sistemas de ensino na elaboração de suas propostas curriculares para as diferentes etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio<sup>1</sup>. Assim, a BNCC apresenta os objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento relacionados a cada etapa da escolarização básica, de modo mais detalhado do que feito nos PCN.

Para a elaboração da BNCC, reuniram-se professores universitários, atuantes na pesquisa e no ensino das diferentes áreas de conhecimento da Educação Básica, docentes da Educação Básica e técnicos das secretarias de educação para participar do Comitê de Assesores e Especialistas. O Comitê se responsabilizou pela redação dos documentos da BNCC, viabilizando ainda a ampla e democrática consulta pública. Três versões do documento foram disponibilizadas no Portal da Base, disponível no endereço: <basenacionalcomum.mec.gov.br>. Para colaborar na construção da BNCC, era necessário o cadastramento dos participantes, mediante três categorias: individual, organizações e redes. No total, foram cadastrados no Portal: 305.569 indivíduos, 4.298 organizações e 45.049 escolas.

---

<sup>1</sup> A BNCC para o Ensino Médio ainda não foi homologada. Entretanto, o texto preliminar já está disponível no Portal da Base e foi encaminhado para discussão e aprovação do Conselho Nacional de Educação.

Para estudar os primeiros documentos da BNCC, houve uma mobilização de todos os estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, para a participação em reuniões, seminários e fóruns realizados em escolas, universidades e sindicatos. Ao todo, mais de 700 eventos foram promovidos nas cinco regiões do país.

Foi possível perceber, por meio das discussões veiculadas no portal, a necessidade de compor um texto não muito amplo ou redundante, mas que tivesse foco em questões essenciais da Língua Portuguesa, garantindo altas expectativas em relação ao desempenho dos estudantes. Ainda foi considerada relevante a garantia de uma progressão das habilidades, ou seja, uma demarcação evolutiva clara ao longo dos anos, que proporcionasse pensamento crítico e construção de conhecimentos. Tal direcionamento minucioso inexistia nos PCN, dificultando a seleção de conteúdos e de objetivos de aprendizagem.

Assim, a BNCC, homologada em 20 de dezembro de 2017, resulta de processo democrático e participativo. A primeira versão do documento foi lançada em setembro de 2015; a segunda, em maio de 2016. O Conselho Nacional de Educação (CNE) promoveu audiências públicas para colher subsídios e contribuições para a elaboração da versão final, já disponibilizada a todos.

Merece destaque a orientação para o desenvolvimento de competências, adotada pela BNCC, tendência que marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas, que tem influenciado grande parte dos estados e municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. O próprio documento esclarece que

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 10).

O compromisso com a educação integral, presente na BNCC, independe da duração da jornada escolar, voltando-se com o desenvolvimento humano global. O compromisso “se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea” (BRASIL, 2017, p. 14).

Diante das diretrizes que deverão ser instituídas pela BNCC, possivelmente alguns impactos serão observados. Ao uniformizar princípios curriculares e indicar de modo claro o que os alunos devem aprender em cada ano de escolaridade e em cada uma das disciplinas, o documento apontará a necessidade de novos contextos de formação de professores, adequação de material didático-pedagógico e novos planejamentos escolares.

Em sua parte introdutória, a BNCC reconhece que nos anos finais do Ensino Fundamental, os alunos se deparam com desafios escolares de maior comple-

xidade e ressalta a importância de retomadas das aprendizagens dos anos anteriores, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios. Também destaca a relevância de ações para o fortalecimento da autonomia dos adolescentes, oferecendo-lhes condições para interagir criticamente com diferentes informações e conhecimentos. São feitas observações pertinentes relativas à transição entre infância e adolescência, período de vida marcado por mudanças, em que se ampliam vínculos sociais e possibilidades intelectuais.

Considerações sobre a cultura digital e sobre a sociedade contemporânea indicam o crescente acesso a tecnologias de informação e a importância de se preservar o compromisso da escola para o estímulo à reflexão e à criticidade. Nesse sentido, aponta ser imprescindível que as instituições compreendam e incorporem novas linguagens e possibilidades de comunicação, e que eduquem para usos mais democráticos e conscientes das tecnologias.

Uma formação balizada por direitos humanos e pela não violência entre grupos sociais também é valorizada nos anos finais do Ensino Fundamental, oportunizando o delineamento de projetos de vida e incentivando a continuidade dos estudos.

Publicada em 22 de dezembro de 2017, a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação institui e orienta a implantação da BNCC. Para tanto, solicita que a Base seja tema de estudos e que currículos e propostas pedagógicas das instituições e redes de ensino sejam revisadas até 2020. Para iniciar uma mobilização em torno do documento, foi proposto pelo MEC que, em 6 de março de 2018, acontecesse uma discussão nacional, um dia D, envolvendo Secretarias Municipais de Educação, instituições de ensino e comunidades escolares. A data pode ser considerada como uma oportunidade de aproximação ao texto homologado da BNCC e como meio de se favorecer o engajamento dos profissionais da educação para a sua implementação.

#### 4. A BNCC E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A BNCC está organizada por áreas do conhecimento. A área *Linguagens*, nos anos finais do Ensino Fundamental, é composta pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física. A finalidade da área

é possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil (BRASIL, 2017, p. 61).

A Língua Portuguesa, em especial, está organizada nos mesmos eixos já

consagrados nos documentos da área: oralidade, leitura/escuta, produção e análise linguística/semiótica. No entanto, no novo documento, tais eixos organizam-se em campos de atuação: campo jornalístico/ midiático; campo de atuação na vida pública; campo das práticas de estudo e pesquisa; campo artístico-literário. Tais campos de atuação apontam para a relevância da contextualização do conhecimento escolar, para a noção de que as práticas de linguagem estão diretamente ligadas a situações da vida social cotidiana. Desse modo,

compreende-se, então, que a divisão por campos de atuação tem também, no componente Língua Portuguesa, uma função didática de possibilitar a compreensão de que os textos circulam dinamicamente na prática escolar e na vida social, contribuindo para a necessária organização dos saberes sobre a língua e as outras linguagens, nos tempos e espaços escolares (BRASIL, 2017, p. 83).

Para cada campo de atuação, os objetos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas estão organizados a partir das práticas de linguagem e distribuídos pelos diferentes anos de escolaridade. Todas as seções estão intimamente interligadas. A forma como o documento foi organizado foi aprovada pela maior parte do grupo envolvido nas discussões, que compreende avanços importantes pelo detalhamento e orientações apresentadas para cada um dos eixos. As tabelas, que elencam objetos de conhecimento e habilidades para cada ano de escolaridade, deverão se tornar apoio fundamental para redes de ensino e professores na preparação de seus currículos, pois facilitam a visualização e a consulta frequente ao material.

FIGURA 1: Reprodução de parte de tabela da BNCC, disponível para *download* no Portal da Base, com algumas habilidades de Língua Portuguesa previstas para o 6º ano do Ensino Fundamental

Língua Portuguesa				
ANO/FAIXA	CAMPOS DE ATUAÇÃO	PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
6º	Campo jornalístico/midiático	Leitura	Reconstrução do contexto de produção, circulação e recepção de textos Caracterização do campo jornalístico e relação entre os gêneros em circulação, mídias e práticas da cultura digital	(EF06LP01) Reconhecer a impossibilidade de uma neutralidade absoluta no relato de fatos e identificar diferentes graus de parcialidade/ imparcialidade dados pelo recorte feito e pelos efeitos de sentido advindos de escolhas feitas pelo autor, de forma a poder desenvolver uma atitude crítica frente aos textos jornalísticos e tornar-se consciente das escolhas feitas enquanto produtor de textos.
6º	Campo jornalístico/midiático	Leitura	Reconstrução do contexto de produção, circulação e recepção de textos Caracterização do campo jornalístico e relação entre os gêneros em circulação, mídias e práticas da cultura digital	(EF06LP02) Estabelecer relação entre os diferentes gêneros jornalísticos, compreendendo a centralidade da notícia.



A BNCC assume a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, também presente nos PCN, em que a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (Brasil, 1998, p. 20). Tal proposta indica a centralidade do texto como unidade de trabalho. O texto se fundamenta em concepções e conceitos já disseminados em outros documentos curriculares, tais como práticas de linguagem, discurso e gêneros discursivos/gêneros textuais. Entretanto, desta vez, há definição dos conteúdos, habilidades e objetivos.

Além disso, deve ser considerada a relevância de uma perspectiva de progressão das aprendizagens que permeia os anos de escolarização, de modo que temas possam ser adiantados em relação à previsão inicial ou metas não atingidas possam ser retomadas em etapas subsequentes do trabalho pedagógico.

Resultados de avaliações sistêmicas aplicadas tanto pelo governo estadual como pelo governo federal apontam que muitos alunos não concluem o Ensino Fundamental lendo e escrevendo com proficiência. Assim, uma grande preocupação em relação à publicação da BNCC parece ser ofertar subsídios para que professores possam, durante a Educação Básica, possibilitar o desenvolvimento de habilidades essenciais ligadas ao componente curricular Língua Portuguesa. Entretanto, vale ressaltar que o trabalho com a leitura é apresentado no documento como uma responsabilidade e compromisso de todos os docentes, de todas as áreas, mesma diretriz já defendida anteriormente pelos PCN.

Uma das principais discussões relativas à BNCC tem sido a extensão da proposta de trabalho e conseqüentemente as possibilidades reais de implementação do documento, na íntegra. Assim, é consenso entre a maior parte dos educadores envolvidos a necessidade de o professor realizar planejamentos e reflexões diárias, elencando as prioridades de ensino e aprendizagem para cada classe, em especial. Nesse sentido, a Base precisa ser compreendida apenas como um parâmetro ou diretriz, e não como uma obrigatoriedade, assim como ocorreu com os PCN.

O objetivo norteador da BNCC de Língua Portuguesa é “garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para a participação social e o exercício da cidadania” (Brasil, 2017, p. 63). Em consonância com esta intencionalidade, o texto é apresentado como o centro das práticas de linguagem, levando-se em conta toda a multimodalidade de linguagens da sociedade contemporânea e os diversos novos suportes existentes.

Na BNCC, a Língua Portuguesa dialoga com outros documentos curriculares, atualizando-os em relação a pesquisas recentes e a transformações de linguagens ocorridas, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e da comunicação. As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos, como também novas formas de produzir, de disponibilizar, de interagir. Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a am-

pliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens.

Mas se esse espaço é livre e bastante familiar para crianças, adolescentes e jovens de hoje, por que a escola teria que, de alguma forma, considerá-lo? Ser familiarizado e usar não significa necessariamente levar em conta as dimensões ética, estética e política desse uso, nem tampouco lidar de forma crítica com os conteúdos que circulam na Web (Brasil, 2017, p. 66).

A própria BNCC esclarece que não se trata de abandonar gêneros discursivos tradicionalmente trabalhados em ambiente escolar tais como notícias, artigos de opinião, charges, crônicas e poemas, mas de contemplar também nos planejamentos de aula os novos letramentos, essencialmente digitais, novas práticas contemporâneas de linguagem, possivelmente presentes na vida social dos estudantes.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Publicados há duas décadas, os PCN ainda são referência para instituições de ensino e professores. Na BNCC, há uma manutenção das principais concepções teóricas e linguísticas assumidas pelos PCN, na década de 90. No entanto, o desenho proposto na Base apresenta novidades pertinentes como os campos de experiência, os objetos de conhecimento e as habilidades específicas divididas por ano de escolaridade, numa perspectiva de progressão de conhecimentos. Assim, pode-se concluir que a BNCC traz referências mais claras sobre o que os estudantes devem aprender ao longo dos anos finais do Ensino Fundamental. Há que se compreender que a intenção da Base é estabelecer metas comuns, favorecendo que redes e instituições de ensino realizem reflexões e revisem currículos e propostas pedagógicas próprias. Sendo assim, a BNCC não deve ser compreendida como o próprio currículo a ser implementado em diferentes escolas do país.

As transformações de linguagem, ocorridas a partir do desenvolvimento e maior acesso às tecnologias da informação e comunicação, bem como suas implicações para o ensino da Língua Portuguesa, também são agregadas à BNCC, o que deve ser ressaltado e reconhecido como avanço. Neste ponto, muitos docentes e coordenadores pedagógicos ainda percebem dificuldades inerentes à existência de equipamentos adequados nas instituições de ensino e formação específica destinada aos profissionais.

Em pleno processo de leitura, compreensão e implementação do documento, surgem muitas críticas e também o reconhecimento de avanços significativos. De todo modo, ainda não podem ser apontados impactos reais da publica-

ção para a qualidade do ensino na área de Língua Portuguesa. Todavia, pode-se afirmar que estudos com reflexões e indagações sobre o currículo e o desenvolvimento humano precisam ser reconhecidos como meio rico e privilegiado de oferecer contribuições para a dinâmica escolar e para os profissionais que atuam na Educação Básica e que têm por função garantir equidade e direitos de aprendizagens a todos.

#### REFERÊNCIAS

- Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- Brasil, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394/1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: Diário Oficial 23 dez, 1996b.
- Brasil. *Base Nacional Comum Curricular*. 2017. Portal da BNCC. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em dezembro de 2017.
- Brasil. *Resolução CNE/CP 2/2017*. Diário Oficial de Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pp. 41 a 44.
- Becskeházy, Ilona. *Parecer sobre o documento de Língua Portuguesa – Área de Línguas*. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/Parecer\\_3\\_LP\\_Ilona\\_Maria\\_Lustosa\\_Becskehazy\\_Ferrao\\_de\\_Sousa.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/Parecer_3_LP_Ilona_Maria_Lustosa_Becskehazy_Ferrao_de_Sousa.pdf)>. Acesso em junho de 2017.
- Consed e Undime. *Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular: orientações para o processo de implementação da BNCC, um guia feito por gestores, para gestores*. 2017. Disponível em: <<http://implementacaobncc.com.br/>>. Acesso em novembro de 2017.
- Geraldi, João Wanderley. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular. *Revista Retratos da Escola*. Brasília, 9(17): 381-396, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/587-1901-1-PB.pdf>>. Acesso em maio de 2017.
- Gurgel, Luís Henrique. *Base Nacional Comum em discussão: a Língua Portuguesa*. Portal Escrevendo o Futuro: Olimpíada de Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/noticias/educacao-e-cultura/artigo/1968/base-nacional-comum-em-discussao-a-lingua-portuguesa>>. Acesso em dezembro de 2015.
- Lima, Elvira Souza. *Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- Moreira, A. F.; Silva, T. T. "Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução", in Moreira, A. F.; Silva, T. T. (org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 7-37.

- Perrenoud, Philippe. *Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo!* Texto resultante de intervenção no debate de abertura do 10º Colóquio da Association des Cadres Scolaires du Québec – ACSQ –, Québec, 27-29 nov. 2002. Publicado em: *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, p. 9-27, julho/ 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a01.pdf>>. Acesso em dezembro de 2015.
- Rangel, Egon de Oliveira. *Parecer sobre o documento de Língua Portuguesa – Área de Linguagens*. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/Parecer\\_3\\_LP\\_Egon\\_de\\_Oliveira\\_Rangel.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/Parecer_3_LP_Egon_de_Oliveira_Rangel.pdf)> Acesso em junho de 2017.

ARTIGO RECEBIDO EM 02/08/2018; APROVADO PARA PUBLICAÇÃO EM 04/12/2018

**RESUMO:** A BNCC, recentemente homologada, define direitos de aprendizagem para a Educação Básica e será referência para a reelaboração de currículos e propostas pedagógicas nas redes e instituições de ensino do país. Nesse sentido, o estudo realizado teve por intenção verificar como a BNCC organiza conteúdos e objetivos de aprendizagem para o ensino da Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental. Para tanto, foi objeto de análise o desenho curricular proposto na BNCC para o ensino da Língua Portuguesa, tendo em vista a efetivação de práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística. Também foram identificados subsídios teóricos, na área da Letras, adotados como referência na organização do documento, que substitui os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados há duas décadas. Assim, serão observadas orientações dos PCN que continuam presentes no novo documento e também novidades que ampliam discussões entre professores e promovem a qualidade do ensino da Língua Portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** BNCC. Currículo. Língua Portuguesa. Anos Finais do Ensino Fundamental.

**ABSTRACT:** The BNCC, recently approved, defines learning rights for Basic Education and will be a reference for the re-elaboration of curricula and pedagogical proposals in the country's educational networks and institutions. In this sense, the study was intended to verify how the BNCC organizes content and learning objectives for the teaching of the Portuguese Language in the final years of Elementary School. Guidelines of the National Curricular Parameters (NCPs) which are still present in the new document and also new features that broaden discussions among teachers and promote the quality of Portuguese language teaching were observed. It is also intended to understand the curricular design proposed in the BNCC for the teaching of the Portuguese Language, in view of reading, writing, oral and linguistic analysis practices and to identify theoretical subsidies in the area of Letters, adopted as reference in the organization of the document.

**KEYWORDS:** BNCC, Curriculum. Portuguese Language. Final Years of Elementary Education.